

EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA CARMEN LÚCIA, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Distribuição por prevenção: Pet 9833

FABIANO CONTARATO, brasileiro, casado, Senador da República, portador da cédula de identidade R.G. nº 682.250 (SSP/ES) e inscrito no CPF/MF nº 863.645.617-72, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Senado Federal, Anexo 2, Ala Afonso Arinos, Gabinete 06, endereço eletrônico sen.fabianocontarato@senado.leg.br e

ALESSANDRO VIEIRA, brasileiro, casado, Senador da República, RG 811924 SSP/SE, CPF 719.437.905-82, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso Nacional, Senado Federal, Anexo 2, Ala Afonso Arinos, Gabinete 08 (em conjunto “noticiantes” ou “autores”), vêm à presença de Vossas Excelências, com fundamento nos arts. 51¹ e 57, X², da Lei Complementar nº 75, de 1993, apresentar

NOTÍCIA CRIME

em desfavor do **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**, SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, autoridade sediada no St. de Administração Federal Sul Q. 4 Conjunto C - Brasília, DF, 70050-900, consoante razões a seguir apresentadas.

¹ Art. 51. A ação penal pública contra o Procurador-Geral da República, quando no exercício do cargo, caberá ao Subprocurador-Geral da República que for designado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

² Art. 57. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público Federal: (...)

X - designar o Subprocurador-Geral da República para conhecer de inquérito, peças de informação ou representação sobre crime comum atribuível ao Procurador-Geral da República e, sendo o caso, promover a ação penal;

D) DA SÍNTESE DOS FATOS

1. Os noticiantes, na qualidade de Senadores da República, requerem a este Egrégio Supremo Tribunal Federal o envio desta notícia crime ao Conselho Superior do Ministério Público Federal, nos termos dos arts. 51 e 57, X, da Lei Complementar nº 75, de 1993, a fim de que o Procurador-Geral da República, Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, seja investigado e posteriormente processado pelo crime de prevaricação, previsto no art. 319 do Código Penal.

2. Em síntese, são apontados conjuntos de fatos que configuram e evidenciam a recusa do Procurador-Geral da República em praticar os atos que lhe incumbem a legislação pátria (art. 319 do Código Penal e, potencialmente, art. 40, 2, Lei nº 1.079, de 1950). O comportamento desidioso do Procurador-Geral da República fica evidente não só pelas suas omissões, mas também pelas suas ações que contribuíram para o enfraquecimento do regime democrático brasileiro, do sistema eleitoral pátrio e para o agravamento dos impactos da Covid-19 no Brasil, além de ter atentado direta e indiretamente contra os esforços de combate à corrupção no país. Por fim, não se pode ignorar que o conjunto de fatos demonstra patentemente que o Procurador-Geral da República procedeu de modo incompatível com a dignidade e com o decoro de seu cargo.

3. Justificam, assim, a instauração de inquérito penal específico para apuração da ilegalidade dos atos ora noticiados. A presente manifestação cuida dos seguintes atos:

- a. Omissão quanto aos ataques ao sistema eleitoral brasileiro;
- b. Omissões e recusas de atuar em relação ao dever de defender o regime democrático brasileiro;
- c. Omissões e recusas de atuar em relação ao dever de fiscalizar o cumprimento da lei no enfrentamento à pandemia da Covid-19;

4. Cabe destacar, desde logo, que os noticiantes apresentaram, em conjunto o senador Randolfe Rodrigues, representação ao Conselho Superior do MPF para que fosse apurada a responsabilidade administrativa do Procurador-Geral da República por omissões na fiscalização do combate à pandemia da Covid-19 e o referido procedimento foi posto em sigilo sem apreciação do colegiado competente. Antes disso, a representação foi enviada equivocadamente ao Conselho Nacional do Ministério Público, órgão que naturalmente

declarou sua incompetência para apreciar tal matéria³, em que pese o endereçamento explícito da peça ao Conselho Superior.

5. Conforme relatado pela imprensa, o Sr. Procurador-Geral deixa de levar matérias de competência do Conselho Superior para apreciação do colegiado por ter minoria no órgão, em que pese determinação legal em sentido inverso. Vide trecho de matéria publicada pelo Jornal O Globo sobre a representação protocolada pelos noticiantes:

Atualmente, Aras tem minoria no Conselho Superior, por isso sua estratégia tem sido impedir discussões no colegiado. Neste caso, o vice-presidente do conselho, o subprocurador-geral da República, José Bonifácio Borges de Andrada, que é adversário de Aras, determinou o prosseguimento do processo para que posteriormente fosse colocado em julgamento.

A secretaria do Conselho Superior, entretanto, enviou o caso para o subprocurador-geral Humberto Jacques de Medeiros, um dos poucos aliados de Aras no órgão, para que ele decidisse se havia conexão com um caso anterior no qual ele atuou. Apesar do processo ser público, Jacques proferiu um despacho sigiloso ao qual nenhum dos conselheiros nem os funcionários do conselho tiveram acesso. Depois disso, Bonifácio tomou uma ação inédita: entrou com um mandado de segurança na Justiça Federal para obrigar que o despacho secreto do aliado de Aras seja tornado público e o teor seja anulado⁴.

6. A manipulação processual é tão evidente que levou um membro do Conselho Superior do MPF, Sr. José Bonifácio Borges de Andrada, a impetrar mandado de segurança junto à Justiça Federal do DF (n. 1044679-53.2021.4.01.3400, cópia anexa) para ter garantido seu legítimo direito de fiscalização. Nos autos do referido processo consta a íntegra da tramitação

³ RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 1.00066/2021-03 REQUERENTES: ALESSANDRO VIEIRA, FABIANO CONTARATO E RANDOLPH FREDERICH RODRIGUES ALVES REQUERIDO: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA – ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS Conclusão: (...) Ante o exposto, propõe-se o seguinte: a) considerando que a conduta narrada não constitui ilícito penal, bem como a inviabilidade do prosseguimento da presente reclamação disciplinar, o seu arquivamento, na forma do artigo 76, parágrafo único, e 18, inciso IV, ambos do Regimento Interno do CNMP; e b) via sistema ELO, a cientificação dos Excelentíssimos Reclamantes, do Excelentíssimo Reclamado e do Plenário. Brasília-DF, 29 de janeiro de 2021. MANOEL VERIDIANO Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público Decisão: Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional retro, adotando-o como razões de decidir, para determinar o seguinte: a) considerando que a conduta narrada não constitui ilícito penal, bem como a inviabilidade do prosseguimento da presente reclamação disciplinar, o seu arquivamento na forma do artigo 76, parágrafo único e 18, inciso IV, ambos do Regimento Interno do CNMP; e b) via sistema ELO, a cientificação dos Excelentíssimos Reclamantes, do Excelentíssimo Reclamado e do Plenário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Brasília-DF, 29 de janeiro de 2021. RINALDO REIS LIMA Corregedor Nacional do Ministério Público.

⁴ O Globo. **Pedido de investigação contra Aras cria conflito no Conselho do MPF.** <https://oglobo.globo.com/politica/pedido-de-investigacao-contra-aras-cria-conflito-no-conselho-do-mpf-1-25089864>. Acesso em 17 ago. 2021. Grifos adotados.

processual que demonstra a tentativa do Sr. Procurador-Geral de não se submeter à competência fiscalizatória de seus pares.

7. Nesse contexto, traz-se a presente notícia de fato ao conhecimento dessa Corte Suprema, para que seja determinada a adoção das providências cabíveis por aquele órgão, quais sejam o recebimento desta notícia e sua posterior distribuição eletrônica para um dos membros do Conselho Superior do Ministério Público Federal, conforme prevê o art. 14 do Regimento Interno daquele órgão.

II) DA PREVENÇÃO

8. Tramita junto a essa Corte Suprema a Petição n. 9833, de relatoria da Ministra Carmen Lúcia, que tem por objeto “representação e notícia criminis apresentada por Alencar Santana Braga e outros, pelo seu advogado, em desfavor de Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República, “pela prática de ato de improbidade administrativa, de propaganda antecipada e de crime eleitoral”.

9. Naqueles autos, encontram-se presentes os indícios da omissão do Procurador-Geral da República no cumprimento de seu dever legal de defender o regime democrático e o sistema eleitoral brasileiro. Trata-se de um dos episódios em que possivelmente foi cometido o crime de prevaricação, os quais esta notícia-crime pretende ver investigados pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

10. Assim, na forma do art. 69, VI, c/c art. 83 do Código de Processo Penal, dada a conexão das informações trazidas nestes autos às investigadas no âmbito da Pet 9833, pede-se a distribuição do feito por prevenção à eminente Min. Carmen Lúcia.

III) DOS FATOS

11. Conforme será visto a seguir, o atual Procurador-Geral da República tem reiteradamente se recusado a praticar atos que lhe incumbem, conduta que em tese pode ter repercussões penais e político-administrativas, na forma da legislação vigente.

12. O Ministério Público é função essencial à Justiça, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, CF).

13. Suas funções institucionais estão previstas no art. 129 da CF e detalhadas na Lei Complementar nº 75/1993, entre as quais destacam-se, para a presente denúncia, as seguintes:

Art. 5º São funções institucionais do Ministério Público da União:

I - a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes fundamentos e princípios:

a) a soberania e a representatividade popular;

b) os direitos políticos;

c) os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil; (...)

e) a independência e a harmonia dos Poderes da União;

f) a autonomia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (...)

h) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União; (...)

III - a defesa dos seguintes bens e interesses: (...)

e) os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso;

IV - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União, dos serviços de relevância pública e dos meios de comunicação social aos princípios, garantias, condições, direitos, deveres e vedações previstos na Constituição Federal e na lei, relativos à comunicação social;

V - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto:

a) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação;

b) aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade; (...)

§ 1º Os órgãos do Ministério Público da União devem zelar pela observância dos princípios e competências da Instituição, bem como pelo livre exercício de suas funções. (...)

14. Enquanto Chefe do Ministério Público Federal, nos termos do art. 45 e 46, *caput*, da Lei Complementar nº 75, de 1993, o Procurador-Geral da República exerce as funções do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal.

15. Cabe ao Procurador-Geral da República, ainda, encaminhar correspondências, notificações, requisições e encaminhamentos do Ministério Público quando tais documentos

tiverem como destinatário o Presidente da República (art. 8º, § 4º, da Lei Complementar nº 75, de 1993).

16. Ainda que sua nomeação seja competência do Presidente da República (art. 84, XIV, da CF), o Chefe do Ministério Público não pode tomar partido e deixar de cumprir as funções que lhe são incumbidas, sob pena de cometimento de prevaricação previsto no art. 319 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940) e, ainda, potencial crime de responsabilidade previsto na Lei Federal nº 1.079/1950. Entretanto, conforme demonstrado a seguir, esse tem sido o posicionamento do atual Procurador-Geral da República, Sr. Augusto Aras.

IV) DA OMISSÃO QUANTO AOS ATAQUES AO SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

17. Os recentes e insistentes ataques infundados do Presidente da República contra o sistema eleitoral brasileiro são a mais evidente prova da inércia do Sr. Procurador Geral da República no exercício da função. Em diferentes ocasiões, o Chefe do Poder Executivo manifestou publicamente infundadas dúvidas sobre a lisura do processo eleitoral - que o elegeu diversas vezes, inclusive para o atual mandato, registre-se.

18. Nas declarações iniciais, o Presidente alegava expressamente ter “provas” de fraude nas eleições brasileiras, que seriam apresentadas oportunamente. Instado a comprovar as informações falsamente divulgadas, o sr. Jair Bolsonaro passou a afirmar que não teria provas, mas apenas “indícios” de fraude na urna eletrônica.

19. Em transmissão ao vivo realizada em suas redes sociais no dia 29 de julho de 2021⁵, ao lado do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, o Presidente da República voltou a repetir os ataques infundados ao sistema eleitoral, ocasião em que manifestou expressamente “não ter provas” do que foi dito.

20. Diante da omissão daquele que deveria resguardar a ordem jurídica vigente, não restou alternativa aos membros do Tribunal Superior Eleitoral senão requerer, de ofício, a abertura de inquérito para apurar a ilegalidade da conduta do Presidente da República.

⁵ Piauí. **Verificamos: Vídeo exibido em live de Bolsonaro não prova que código-fonte da urna eletrônica pode ser fraudado.** <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/08/05/verificamos-video-live-bolsonaro-codigo-fonte-urna-eletronica-fraudado/>. Acesso em 17/8/2021.

21. Ainda nesse contexto, o Presidente da República divulgou inquérito sigiloso da Polícia Federal sobre tentativa de invasão aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral, fato ensejador da instauração de um segundo inquérito, também sem qualquer participação do Procurador-Geral da República. Sobre o referido inquérito, o TSE divulgou a seguinte nota à imprensa⁶ em 5 de agosto de 2021:

Em referência ao inquérito da Polícia Federal que apura ataque ao seu sistema interno, ocorrido em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral esclarece que:

1. O episódio de 2018 foi divulgado à época em veículos de comunicação diversos. Embora objeto de inquérito sigiloso, não se trata de informação nova.
2. O acesso indevido, objeto de investigação, não representou qualquer risco à integridade das eleições de 2018. Isso porque o código-fonte dos programas utilizados passa por sucessivas verificações e testes, aptos a identificar qualquer alteração ou manipulação. Nada de anormal ocorreu.
3. Cabe acrescentar que o código-fonte é acessível, a todo o tempo, aos partidos políticos, à OAB, à Polícia Federal e a outras entidades que participam do processo. Uma vez assinado digitalmente e lacrado, não existe a possibilidade de adulteração. O programa simplesmente não roda se vier a ser modificado.
4. Cabe reiterar que as urnas eletrônicas jamais entram em rede. Por não serem conectadas à internet, não são passíveis de acesso remoto, o que impede qualquer tipo de interferência externa no processo de votação e de apuração. Por essa razão, é possível afirmar, com margem de certeza, que a invasão investigada não teve qualquer impacto sobre o resultado das eleições.
5. O próprio TSE encaminhou à Polícia Federal as informações necessárias à apuração dos fatos e prestou as informações disponíveis. A investigação corre de forma sigilosa e nunca se comunicou ao TSE qualquer elemento indicativo de fraude.
6. De 2018 para cá, o cenário mundial de *cybersegurança* se alterou, sendo novos cuidados e camadas de proteção introduzidos para aumentar a segurança dos demais sistemas informatizados.
7. Por fim, e mais importante que tudo, o TSE informa que os sistemas usados nas Eleições de 2018 estão disponíveis na sala-cofre para os interessados, que podem analisar tanto o código-fonte quanto os sistemas lacrados e constatar que tudo transcorreu com precisão e lisura.

⁶ <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Agosto/nota-a-imprensa>. Acesso em 17/8/2021.

22. Nesta semana, a Ministra Cármen Lúcia intimou a Procuradoria-Geral da República para que esta se manifestasse no prazo de 24 horas em relação a uma notícia crime (Pet. 9.833), apresentada por parlamentares do Partido dos Trabalhadores, que denunciava o Presidente Jair Bolsonaro por ter utilizado a Empresa Brasileira de Comunicação para transmitir informações falsas em relação ao processo eleitoral brasileiro. Essa nova intimação ocorreu 13 dias após a intimação inicial, também determinada pela Ministra Cármen Lúcia, a qual restou, no entanto, ignorada, evidenciando a desídia do Procurador-Geral da República.⁷

23. Esta não foi a primeira oportunidade em que o Procurador-Geral da República deixou de se manifestar sobre a questão - de enorme gravidade - dos ataques do Presidente da República contra o sistema eleitoral brasileiro. No âmbito de uma interpelação judicial (Pet 9.806) apresentada pelo Senador Alessandro Vieira, a PGR foi instada a se manifestar pelo Ministro Dias Toffoli em junho de 2020, mas deixou de fazê-lo. No dia 12 de agosto de 2021, a PGR foi novamente intimada a se manifestar sobre os ataques infundados do Presidente da República contra as eleições, mas ainda não cumpriu seu dever legal como fiscal da lei.⁸

24. Desde 2018, o Presidente da República tem alegado que ocorreram fraudes diversas no processo eleitoral que culminou com a sua eleição. Fez isso em diversas oportunidades, mas nunca apresentou qualquer prova ou evidência que suportasse tais alegações. Após ter prometido apresentar provas em março de 2020, o Presidente deixou de fazê-lo, mesmo quando instado pela Justiça Federal, no âmbito de uma ação civil pública.⁹

25. Mesmo após os trágicos eventos de 6 de janeiro de 2021, quando uma multidão invadiu o Capitólio norte-americano inspirada por alegações igualmente infundadas de fraude no processo eleitoral, o Presidente da República brasileiro deixou de reconhecer a inconsequência, a irresponsabilidade e os riscos de suas declarações e subiu ainda mais o tom. Declarou que algo semelhante (ou “problema pior que os EUA”) poderia acontecer no

⁷ O GLOBO. **Após 13 dias sem resposta, Cármen Lúcia dá 24 horas para Aras se manifestar sobre investigação contra Bolsonaro.** Brasília, 17 ago. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/apos-13-dias-sem-resposta-carmen-lucia-da-24-horas-para-aras-se-manifestar-sobre-investigacao-contrabolsonaro-25157341>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

⁸ CONJUR. **STF pede manifestação da PGR sobre acusações de fraude na eleição.** Brasília, 12 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-ago-12/stf-cobra-pgr-acusacoes-bolsonaro-fraude-eleicao>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

⁹ ESTADO DE SÃO PAULO. **Juiz dá cinco dias para Bolsonaro se manifestar sobre provas de fraude nas eleições de 2018.** São Paulo, 4 maio 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/juiz-da-cinco-dias-para-bolsonaro-se-manifestar-sobre-provas-de-fraude-nas-eleicoes-de-2018/>>. Acesso em 17 ago.. 2021.

Brasil após as eleições de 2022. Parecia sinalizar que a desconfiança dos brasileiros em relação ao sistema de votação poderia, a depender do resultado das eleições, gerar movimento de revolta contra as instituições nacionais, como o Congresso¹⁰.

26. Impossível não considerar o impacto que essas falas têm sobre a solidez do regime democrático e a confiança dos eleitores no processo de votação brasileiro. Tem crescido, nos últimos anos, a parcela da população brasileira que questiona a integridade das urnas eletrônicas, sistema utilizado para votação no Brasil há décadas sem qualquer evidência de fraudes ou violações. Pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em 4 de janeiro de 2021, mostrou que 29% dos brasileiros não confiam nas urnas eletrônicas, enquanto 36% dos brasileiros confiam pouco nas urnas eletrônicas. É justamente entre as pessoas que aprovam o atual governo e, portanto, mais suscetíveis à influência deste discurso do Presidente Jair Bolsonaro que se encontra o maior percentual de eleitores que defendem a volta à votação em papel – 32%.¹¹

27. Em julho de 2021, na véspera da votação da proposição sobre o retorno do voto impresso na Câmara dos Deputados, o Presidente da República manteve o discurso de fraude das urnas eletrônicas, mesmo afirmando não possuir provas sobre sua alegação¹².

28. Dentro desse cenário, cabe ao Procurador-Geral de República determinar investigações sobre a eventual ocorrência das fraudes alegadas pelo Presidente, posto que elas configurariam uma ameaça à integridade do processo eleitoral brasileiro, e sobre as próprias alegações, visto que, caso falsas - como se aparenta, já que nenhuma evidência foi apresentada -, estas representam, em si, uma ameaça ao regime democrático brasileiro.

29. Parlamentares já apresentaram representação ao Procurador-Geral da República, requerendo que se determine a instauração de inquérito sobre as falas do Presidente da

¹⁰ ESTADO DE SÃO PAULO. **‘Se não tiver voto impresso em 2022, vamos ter problema pior que os EUA’, diz Bolsonaro.** Brasília, 7 jan. 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,se-nao-tiver-voto-impresso-em-2022-vamos-ter-problema-pior-que-e-eua-diz-bolsonaro,70003573533>>. Acesso em 8 jan. 2021.

¹¹ DATAFOLHA. **73% defendem urnas eletrônicas, e 23% querem volta do voto impresso.** São Paulo, 4 jan. 2021. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2021/01/1989199-73-defendem-urnas-eletronicas-e-23-querem-volta-do-voto-impresso.shtml>>. Acesso em 17 ago 2021.

¹² EL PAIS. **Bolsonaro não tem provas sobre fraude de urnas, mas insiste em ilação já desmentida por TSE.** São Paulo, 29 jul. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-30/bolsonaro-nao-tem-provas-sobre-fraude-de-urnas-mas-insiste-em-ilacao-ja-desmentida-por-tse.html>>. Acesso em 17 ago. 2021.

República sobre supostas fraudes eleitorais que teriam ocorrido no pleito de 2018.¹³ Não há qualquer informação, no entanto, de que esta (ou qualquer outra) representação sobre esta questão tenha sido acolhida pelo Procurador-Geral da República para que fosse aberto inquérito destinado a investigar as alegações do Presidente.

30. É generalizado, mesmo dentro do Ministério Público Federal, o estarrecimento com relação às omissões do Procurador-Geral da República na defesa do sistema eleitoral brasileiro. Mais de 30 Subprocuradores-Gerais da República declararam que “a gravidade da situação, que demanda atuação efetiva, firme e preventiva do Ministério Público, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.¹⁴

31. A preservação do Estado Democrático de Direito é a base do sistema jurídico e, conseqüentemente, exige fiscalização permanente do Ministério Público. A inércia, nesse caso, representa atentado direto às normas, à estabilidade social e à realização de eleições transparentes, justas e equânimes. A Constituição Federal prevê como causa de impugnação dos mandatos eletivos abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, ao passo em que a legislação ordinária veda o uso da máquina administrativa e a propaganda antecipada.

32. A pretexto de defender a realização de eleições “auditáveis”, o Presidente da República pressionou a Câmara dos Deputados para deliberar uma PEC que implementasse o voto impresso nas eleições brasileiras. Felizmente, tamanho retrocesso foi rejeitado pelos parlamentares, mas não sem outro ataque à democracia brasileira por parte do sr. Jair Bolsonaro: um desfile de tanques e blindados do exército brasileiro no dia de votação da PEC, em vergonhosa tentativa de intimidação do Poder Legislativo.

33. Nesse contexto de acintoso ataque às instituições democráticas e às eleições livres, o que fez o Procurador-Geral da República, servidor público designado como fiscal da lei pela Constituição Federal? Nada. Permaneceu inerte e foi condescendente com afrontoso atentado ao Estado Democrático de Direito. Diante dos fatos narrados, tem-se conduta enquadrável,

¹³ UOL. **Oposição pede investigação de falas de Bolsonaro sobre fraude e 2021**. Brasília, 7 jan. 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/07/oposicao-pede-investigacao-de-falas-de-bolsonaro-sobre-fraude-e-2022.htm>>. Acesso em 17 ago. 2021.

¹⁴ PODER 360. **Subprocuradores cobram “atuação firme” de Aras contra falas de Bolsonaro**. Brasília, 14 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/justica/subprocuradores-cobram-atuacao-firme-de-aras-contra-falas-de-bolsonaro/>>. Acesso em 17 ago. 2021.

em tese, na hipótese do art. 319 do Código Penal e que merece investigação pelo órgão competente, qual seja, o Conselho Superior do Ministério Público.

34. Desde logo, registre-se que a mera instauração de “apuração preliminar”¹⁵ quanto aos fatos reportados nesta seção não são suficientes para afastar a necessidade da instauração do inquérito criminal correspondente, uma vez que a praxe tem demonstrado a utilização de apurações preliminares com o claro intuito de elidir a responsabilidade penal pela omissão, não havendo de fato a intenção de atuar como órgão investigador.

V) DA OMISSÃO EM RELAÇÃO AO DEVER DE DEFENDER O REGIME DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

35. A Constituição Federal inequivocamente atribui ao Ministério Público a defesa da democracia (art. 127, caput). De forma semelhante e mais específica, a Lei Complementar nº 75, de 1993, prevê como função institucional do Ministério Público da União, do qual o Procurador-Geral da República é chefe, a defesa do regime democrático.

36. A Lei Complementar nº 75, de 1993, determina, ainda, que compete ao Ministério Público da União promover as ações necessárias em defesa do Estado de Direito e das instituições democráticas (art. 6º, XIV, a).

37. O Ministério Público da União, a fim de cumprir os deveres dispostos na Constituição Federal, tem como princípios norteadores a soberania e a representatividade popular e a independência e harmonia dos Poderes da União (art. 5º, I, *a, e*, e art. 5º, § 1º Lei Complementar nº 75/1993).

38. Qualquer ação atentatória à soberania popular e à separação de poderes, princípios fundamentais da República Federativa do Brasil nos termos do art. 1º, parágrafo único, e 2º da CF, deve ser objeto de investigação.

39. Nesse sentido, o Procurador-Geral da República tem se omitido, em reiteradas oportunidades, no cumprimento de sua obrigação institucional de atuar em defesa da

¹⁵ CORREIO BRAZILIENSE. **PGR diz ter aberto apuração preliminar sobre ataque de Bolsonaro às urnas.** Brasília, 17 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4944120-pgr-diz-ter-aberto-apuracao-preliminar-sobre-ataque-de-bolsonaro-as-urnas.html>>. Acesso em 17 ago. 2021.

democracia em face dos múltiplos ataques que esta tem sofrido ao longo dos últimos dois anos.

V.1) O INQUÉRITO Nº 4.828

40. O Presidente da República participou, no dia 19 de abril de 2020, de manifestação atentatória ao Estado Democrático Brasileiro em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, em que foram sustentadas as ideias de intervenção militar, fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e reedição do Ato Institucional nº 05, de 1968, que, como se sabe, inaugurou o período mais violento da ditadura militar no Brasil.

41. Embora tenha solicitado a abertura de inquérito perante o STF para investigar “fatos em tese delituosos envolvendo a organização de atos contra o regime da democracia participativa brasileira, por vários cidadãos, inclusive deputados federais” (INQ 4828), o Procurador-Geral da República mais uma vez deixou de realizar ato de sua incumbência, tendo em que vista que não incluiu o Presidente da República, Jair Bolsonaro, como investigado.

42. Segundo o próprio MPF, haveria indícios de que alguns crimes previstos na Lei nº 7.170/1983 – Lei de Segurança Nacional teriam sido cometidos nessa manifestação.¹⁶

43. O Presidente da República, ao participar e discursar no ato, endossou as reivindicações dos manifestantes. Sua fala comprova isso:

Eu estou aqui porque acredito em vocês. Vocês estão aqui porque acreditam no Brasil. Nós não queremos negociar nada. Nós queremos é ação pelo Brasil¹⁷.

44. Dessa forma, há indícios de que Jair Bolsonaro, assim como “vários cidadãos, inclusive deputados federais”, tenha cometido crimes dispostos na Lei de Segurança

¹⁶ MIGALHAS. **Aras pede abertura de inquérito para apurar violação da Lei de Segurança Nacional.** Brasília, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/quentes/325093/aras-pede-abertura-de-inquerito-para-apurar-violacao-da-lei-de-seguranca-nacional>>. Acesso em 17 ago. 2021.

¹⁷ PODER 360. **Íntegra da fala de Jair Bolsonaro na manifestação de 19.abr.2020.** Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2020/04/discurso-jair-bolsonaro-manifestacao-19-abr-2020-corrigido.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2021.

Nacional. Porém, como visto, o Procurador-Geral da República excluiu o Chefe do Poder Executivo do pedido de abertura do inquérito sobre as manifestações daquele dia.

45. Ressalta-se que a imunidade prevista no art. 86, § 4º, da CF, não se aplica ao caso, tendo em vista que Jair Bolsonaro participou da manifestação na qualidade de Presidente da República, isto é, os atos praticados por ele não foram estranhos ao exercício de suas funções.

46. Novamente, ressalta-se que o Ministério Público é função essencial à Justiça, cabendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (conforme art. 127, *caput*, CF e art. 5º, I, Lei Complementar nº 75, de 1993).

47. Ora, não há dúvidas de que um protesto a favor do fechamento de órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo representa atentado ao princípio da separação harmônica e independente dos poderes, especialmente em um contexto de tensão em que os Poderes da República e os entes federados têm tido posições divergentes acerca do combate à crise do coronavírus.

48. Além disso, ao defender o fechamento do Congresso Nacional, a manifestação ameaça a soberania popular, pois nessa Casa encontram-se os representantes do povo e dos estados eleitos democraticamente.

49. Ressalta-se que a propaganda ao AI-5 é atentatória não só à soberania popular e ao princípio da separação independente e harmônica de poderes (art. 2º, 6º e 11, do AI-5), mas também à federação brasileira, visto que tal ato permitia a intervenção em Estados e Municípios sem as limitações constitucionais previstas (art. 3º, do AI-5); e aos direitos e garantias fundamentais, pois previa a suspensão de direitos políticos, a limitação do direito de ir e vir e a proibição do *habeas corpus* em determinados “crimes” (arts. 5º e 10, do AI-5).

50. Repita-se: é função institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.

51. O Ministério Público não pode fazer juízo de exceção e deixar de determinar a abertura de inquérito de qualquer pessoa que atente contra os princípios fundamentais do

Brasil, especialmente se essa pessoa for o Presidente da República, tendo em vista que suas opiniões reverberam em todo o país.

52. Ao excluir Jair Bolsonaro do rol de investigados de um mesmo fato, o Procurador-Geral da República potencialmente comete crime de prevaricação nos termos do art. 319 do Código Penal, pois deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício que lhe incumbe, qual seja investigar todos os possíveis responsáveis por uma conduta criminosa. O fato chama ainda mais atenção posto que a Procuradoria-Geral da República recebeu representação especificamente requerendo que o Presidente da República fosse investigado pelo cometimento de crimes previstos na Lei de Segurança Nacional.¹⁸

V.2) AS OMISSÕES QUANTO A DIVERSAS AMEAÇAS AO REGIME DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

53. Em 22 de maio de 2020, o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno, publicou ‘nota à nação brasileira’ em que colocou em xeque a independência dos Poderes da República e ameaçou um rompimento do regime democrático. No contexto de um inquérito conduzido regularmente pelo Supremo Tribunal Federal, o general Heleno afirmou que o mero pedido de apreensão do celular do Presidente da República, para fins de obtenção de provas sobre eventual cometimento de ilícitos, seria “inconcebível e, até certo ponto, inacreditável”.

54. Afirmou, ainda, que uma decisão naquele sentido, pelo STF, constituiria uma “interferência inadmissível em outro poder” e afirmou, na capacidade de ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que tal decisão poderia ter “consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional”.

55. A ‘nota à nação brasileira’ foi amplamente compreendida como tentativa de constranger a condução de um inquérito pelo Supremo Tribunal Federal e como ameaça de golpe contra as instituições estabelecidas.¹⁹ Em razão dela, diversos parlamentares e partidos

¹⁸ UOL. **Randolfe pede que PGR investigue Bolsonaro por participar de ato pró-golpe.** Brasília, 29 abr. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/20/representacao-jair-bolsonaro-pgr-lei-seguranca-nacional-incitar-subversao.htm>>. Acesso em 17 ago. 2021.

¹⁹ G1. **‘Consequências imprevisíveis’: veja as reações à nota do ministro Augusto Heleno.** Brasília, 22 maio 2020. Disponível em:

políticos encaminharam notícia crime ao Supremo Tribunal Federal requerendo a abertura de investigação sobre o cometimento de crimes previstos na Lei de Segurança Nacional, além de crimes de responsabilidade (contra o livre exercício do Poder Judiciário). Ao receber esta comunicação, no entanto, o Procurador-Geral da República requereu o arquivamento do procedimento. Em razão da exclusividade da competência do Procurador Geral da República para adotar providências sobre a prática de crimes comuns, previsto na Lei de Segurança Nacional, e de crime de responsabilidade por ministros de Estado, o Relator, o Ministro Celso de Mello, não teve outra alternativa além de autorizar o arquivamento requerido.

56. Todavia, no âmbito da Pet. 8.892, apesar de atender ao pedido de arquivamento realizado pelo Procurador-Geral da República, o Ministro Celso de Mello teceu considerações que evidenciam como se trata de mais uma recusa do Procurador-Geral da República de atuar na defesa do regime democrático. O Min. Celso de Mello afirmou se tratar de comportamento surpreendente e inaceitável, por parte do General Augusto Heleno. Ressaltou, ainda, o então decano do Supremo, que a declaração era “impregnada de insólito (e inadmissível) conteúdo admonitório claramente infringente do princípio da separação de poderes”.

57. Em outra declaração que gerou fortes reações por seu conteúdo atentatório ao regime democrático, o Presidente da República atribuiu às Forças Armadas brasileiras um papel que a Constituição Federal não lhes confere, defendendo a possibilidade de uma intervenção militar em relação a qualquer um dos Poderes. Afirmou:

Nós queremos fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. Todo mundo quer fazer cumprir o artigo 142 da Constituição. E, havendo necessidade, qualquer dos Poderes pode, né? Pedir às Forças Armadas que intervenham para restabelecer a ordem no Brasil²⁰.

58. Trata-se de declaração absolutamente contrária ao melhor entendimento sobre o ordenamento constitucional brasileiro. Conforme mais de 200 juristas renomados afirmaram, “às Forças Armadas não se atribuem prerrogativas de poder constitucional, sendo instituições

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/consequencias-imprevisiveis-veja-as-reacoes-a-nota-do-ministro-augusto-heleno.ghtml>>. Acesso em 17 ago. 2021.

²⁰ G1. **Toffoli diz que Forças Armadas ‘servem ao povo’ e não podem assumir ‘poder moderador’**. Brasília, 9 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/09/toffoli-diz-que-forcas-armadas-servem-ao-povo-e-nao-podem-assumir-poder-moderador.ghtml>>. Acesso em 17 ago. 2021.

nacionais permanentes e regulares a serviço do Estado. Nem agregam o papel de poder moderador entre os Poderes, quer porque assim não está expresso na letra constitucional, quer por não terem vocação para tal mister, em função de seu próprio caráter de força”.²¹ Também se manifestou o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil:

As interferências das Forças Armadas sobre os processos políticos na história brasileira recente não representam o exercício de um suposto Poder Moderador, inexistente no arranjo político-constitucional, mas demonstram a fragilidade de uma democracia tutelada pelo poder militar que, enquanto poder armado, deve estar necessariamente subordinado às autoridades civis, democraticamente legitimadas para o exercício do poder político.²²

59. Foi exatamente nesse sentido que se manifestou o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, em sede da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.457. O Min. Luiz Fux afirmou:

A chefia das Forças Armadas é poder limitado, excluindo-se qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos outros Poderes, relacionando-se a autoridade sobre as Forças Armadas às competências materiais atribuídas pela Constituição ao Presidente da República.

A prerrogativa do Presidente da República de autorizar o emprego das Forças Armadas, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido manifestado por qualquer dos outros poderes constitucionais - por intermédio dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados -, não pode ser exercida contra os próprios poderes entre si.

60. As declarações do Presidente da República, somadas a um histórico de outras manifestações e insinuações sobre intervenções militares nos Poderes Legislativo e Judiciário, deveriam convidar investigações do Ministério Público em sua missão precípua de defesa do regime democrático.

61. Em entrevista, no entanto, o Procurador-Geral da República pareceu endossar o argumento defendido pelo Presidente Bolsonaro. afirmou que “quando o artigo 142 estabelece que as Forças Armadas devem garantir o funcionamento dos Poderes constituídos,

²¹ CONJUR. **Mais de 200 juristas assinam manifesto em defesa da democracia.** Brasília, 2 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jun-02/200-advogados-assinam-manifesto-defesa-democracia>>. Acesso em 17 ago. 2021.

²² CONJUR. **Forças Armadas não exercem papel moderador, diz parecer da OAB.** Brasília, 2 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jun-02/forcas-armadas-nao-exercem-papel-moderador-oab2>>. Acesso em 17 ago. 2021.

essa garantia é no limite da garantia de cada Poder. Um poder que invade a competência de outro Poder, em tese, não há de merecer a proteção dessa garante da Constituição”.²³

62. Não há qualquer cenário em que as Forças Armadas devam assumir papel garantidor dos Poderes constituídos, nem cabe a essa instituição determinar quando um Poder eventualmente invade a competência de outro. Em mais esta instância, o Procurador-Geral da República não só deixou de desempenhar sua função constitucional - investigar ameaças contra o regime democrático, as quais possivelmente se qualificam como crimes comuns, previstos na Lei de Segurança Nacional -, como incentivou e deu fôlego às ameaças contra a democracia.

V.3) O CONVITE À DECRETAÇÃO DO ESTADO DE DEFESA, UM ATENTADO DIRETO CONTRA A DEMOCRACIA

63. O Procurador-Geral da República publicou, em 19 de janeiro de 2021, texto em que afirma que “o estado de calamidade é a antessala do estado de defesa”.²⁴ Esta sinalização de anuência em relação à eventual decretação do estado de defesa pelo Presidente da República ampliou os riscos de um rompimento democrático ao convidar o estabelecimento de uma situação absolutamente excepcional em que direitos e liberdades fundamentais são restringidos. Foi alvo, inclusive, de críticas, por parte de ministros do Supremo Tribunal Federal.²⁵

64. De fato, o Procurador-Geral se contradiz no mesmo parágrafo. Apesar de afirmar que “é tempo de temperança e prudência, em prol da estabilidade institucional”, parece convidar a decretação do estado de defesa, o que constituiria uma grave perturbação à estabilidade e às instituições brasileiras. Conforme sinalizaram seis subprocuradores-Gerais da República, “a defesa do Estado democrático de direito afigura-se mais apropriada e inadiável que a

²³ REVISTA ÉPOCA. **Aras afirma que Forças Armadas podem agir se um poder ‘invadir competência’ de outro.** Brasília, 2 jun. 2020. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/guilherme-amado/aras-afirma-que-forcas-armadas-podem-agir-se-um-poder-invadir-competencia-de-outro-1-24458490>>. Acesso em 17 ago. 2021.

²⁴ ARAS, Antonio Augusto Brandão. **Ilícitos de agentes políticos são da competência do Legislativo.** **Conjur**, 19 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-jan-19/aras-ilicitos-agentes-politicos-sao-competencia-legislativo>>. Acesso em 17 ago. 2021.

²⁵ G1. **Ministros do STF reagem à nota de Aras e temem agravamento da crise política com atraso na vacinação.** Brasília, 20 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2021/01/20/ministros-do-stf-reagem-a-nota-de-aras-e-tem-em-agravamento-da-crise-politica-com-atraso-na-vacinacao.ghtml>>. Acesso em 17 ago. 2021.

antevisão de um “estado de defesa” e suas graves consequência para a sociedade brasileira, já tão traumatizada com o quadro de pandemia ora vigente”.²⁶

65. O Ministério Público da União teria, na hipótese de efetiva decretação de estado de defesa, a competência de responsabilizar executores e agentes dessa condição excepcional, por eventuais ilícitos cometidos no período de sua duração (art. 6º, X, Lei Complementar nº 75, de 1993). Qualquer declaração promovendo a decretação de estado de defesa é, portanto, incompatível com a própria função institucional do Ministério Público nesse grave cenário, por antecipar uma aceitação em relação aos atos que seriam cometidos. A promessa de impunidade serve de incentivo ao desrespeito às normas democráticas e constitucionais do país.

66. Por todos esses motivos, observa-se que o Chefe do Ministério Público Federal tem se recusado reiteradamente a praticar atos de sua competência em defesa do regime democrático brasileiro, cometendo, assim, crime de prevaricação.

VI) DA OMISSÃO EM RELAÇÃO À FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19

67. O Ministério Público é responsável pela defesa da ordem jurídica (art. 127, CF) e tem como função institucional promover, privativamente, a ação penal pública, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos, inclusive do Poder Executivo, aos direitos assegurados na Constituição e promover inquérito civil e ação civil pública para proteger interesses difusos e coletivos (art. 129, I, II e III, CF).

68. De forma mais específica, a Lei Complementar nº 75, de 1993, prevê que cabe ao Ministério Público da União, do qual o Procurador-Geral da República é chefe, garantir que os Poderes Públicos da União respeitem os direitos assegurados na Constituição Federal com relação às ações e aos serviços de saúde (art. 5º, V, a).

²⁶ G1. **Subprocuradores contestam nota da PGR que atribui ao Congresso julgamento de ilícitos de autoridades.** Brasília, 20 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/20/subprocuradores-apontam-preocupacao-com-nota-da-pgr-que-atribui-julgamento-de-ilicitos-de-autoridades-ao-congresso.ghtml>>. Acesso em 17 ago. 2021.

69. No contexto da pandemia da Covid-19, o Ministério Público deveria, portanto, desempenhar o papel de fiscal sobre a adoção e o cumprimento de medidas destinadas a minimizar o impacto da pandemia. E, caso vislumbrada qualquer irregularidade ou ilegalidade, deveria deflagrar investigações capazes de apurá-las, objetivando, na qualidade de titular exclusivo da ação penal pública, responsabilizar os indivíduos envolvidos.

70. Especialmente, o Procurador-Geral da República é exclusivamente incumbido de representar o Ministério Público Federal no Supremo Tribunal Federal, perante o qual podem ser processados e julgados, por crimes comuns, o Presidente da República e os Ministros de Estado (art. 102, I, b, c, CF). É responsável, por consequência, pela condução de inquéritos destinados a apurar o cometimento de crimes comuns por essas autoridades (art. 230-B e seguintes do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal)

71. Desde o início da pandemia da Covid-19 no Brasil, o Procurador-Geral da República tem se omitido em relação à sua obrigação de atuar como fiscal da lei com relação à adoção e ao cumprimento, pelo Presidente da República e por Ministros de Estado, de medidas destinadas ao combate da Covid-19 e de efetivamente investigá-los pela possível prática de diversos crimes comuns.

72. Esta omissão se manifestou em diversas oportunidades, algumas das quais serão detalhadas abaixo, tanto pela ausência de ímpeto próprio na condução destas investigações, quanto no arquivamento de representações submetidas por diferentes indivíduos e instituições, denunciando a prática de crimes diversos. De forma mais ampla, o Procurador-Geral da República deixou de fiscalizar também o cumprimento da lei pelo governo federal em relação às suas obrigações no combate à pandemia. Configurada, portanto, a prática de crime de prevaricação, previsto no art. 319 do Código Penal.

73. Além de se omitir na fiscalização, o Procurador-Geral da República assumiu papel de destaque nas tentativas de ‘blindar’ o Presidente da República e seus ministros, impedindo a atuação de outros membros do Ministério Público Federal nesta fiscalização, em desrespeito ao princípio da independência funcional. De maneira inédita, o Procurador-Geral da República enviou ofícios para os ministérios do governo federal solicitando que todas

demandas enviadas por outros procuradores fossem reencaminhadas para o seu gabinete, onde seriam reavaliadas.²⁷

74. Com relação à atuação do governo federal, de forma mais ampla, o Procurador-Geral da República deixou de cumprir sua função legal de fiscalizar a sua atuação no enfrentamento da pandemia, gerando resultados gravíssimos e, na sua maioria, irreversíveis. De acordo com o Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário da USP e a Conectas Direitos Humanos, havia uma “estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo Governo brasileiro, sob liderança da Presidência da República”. Essa conclusão foi alcançada a partir da análise de mais de 3 mil normas federais produzidas pelo governo em 2020.²⁸ Apesar disso, houve uma omissão sistemática por parte da Procuradoria-Geral da República.

75. Vale, ainda, ressaltar os impactos das ações e omissões do Procurador-Geral da República sobre o quadro da pandemia no Brasil. O país conta com mais de 20,4 milhões de casos de Covid-19 e mais de 569 mil pessoas vitimadas pela doença - é o segundo país com mais mortes, com uma taxa de mortalidade quatro vezes maior do que o resto do mundo.²⁹ O Brasil foi considerado, pelo Lowy Institute, o país com a pior resposta à pandemia da Covid-19, entre os 98 países avaliados.³⁰

VI.1) A RECUSA DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA EM TOMAR PROVIDÊNCIAS PARA QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA AJA EM CONSONÂNCIA COM AS AUTORIDADES SANITÁRIAS

76. O Procurador-Geral da República tem blindado o Presidente Jair Bolsonaro contra ações referentes à crise do coronavírus, conforme será visto a seguir, impedindo que este seja responsabilizado por seus atos e omissões. Logo no início da crise do coronavírus no Brasil,

²⁷ O GLOBO. **Aras blinda governo Bolsonaro de demandas de procuradores do MPF sobre coronavírus.** Brasília, 14 abr. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/aras-blinda-governo-bolsonaro-de-demandas-de-procuradores-do-mpf-sobre-coronavirus-1-24370052>>. Acesso em 17 ago. 2021.

²⁸ EL PAÍS. **Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”.** São Paulo, 21 jan. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>>. Acesso em 17 ago. 2021.

²⁹ BBC BRASIL. **Risco de morrer de covid-19 no Brasil foi mais de 3 vezes maior que no resto do mundo em 2020, calcula economista.** São Paulo, 3 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55847831>>. Acesso em 17 ago. 2021.

³⁰ PODER 360. **Brasil é o pior entre 98 países na gestão da pandemia de covid-19, diz estudo.** Brasília, 28 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/brasil-e-o-pior-entre-98-paises-na-gestao-da-pandemia-do-coronavirus-aponta-estudo/>>. Acesso em 17 ago. 2021.

em que as orientações de isolamento e de distanciamento social já estavam dadas por autoridades sanitárias, o Presidente estimulou a realização de uma manifestação pró-governo.

77. No dia 15 de março de 2020, o Presidente saiu do Palácio do Planalto para cumprimentar alguns dos manifestantes.

78. A presença de Jair Bolsonaro no ato foi considerada grave, uma vez que há poucos dias vários membros do alto escalão do Governo contraíram coronavírus em viagem aos Estados Unidos, da qual participou Jair Bolsonaro.

79. Embora tenha dito que seus testes para o Covid-19 tenham dado negativo, o Presidente da República se recusou a apresentar seus exames.

80. Na ocasião, o Procurador-Geral da República não tomou qualquer providência, seja em relação ao teor da manifestação, contrária às instituições democráticas, seja em relação à provável disseminação da doença por parte de Jair Bolsonaro, que tinha sido instruído a fazer isolamento por sua equipe médica.

81. O Vice-Procurador-Geral da República, que tem delegação do Procurador-Geral da República para atuar em matérias penais perante o STF, em 7 de abril de 2020, se manifestou contrariamente a seis representações criminais que denunciavam que a presença do Presidente da República na manifestação do dia 15 de março configurava prática do crime tipificado no art. 268 do Código Penal, que trata do descumprimento de medida sanitária preventiva.³¹

82. Alguns dias depois da manifestação, no dia 20 de março de 2020, Jair Bolsonaro concedeu entrevista no SBT ao apresentador Ratinho. Nela, informou que a sociedade estava em um contexto de histeria para combater o Covid-19, tendo em vista que somente idosos eram gravemente afetados, minimizando a morte dessas pessoas.

³¹ O GLOBO. **PGR arquiva pedidos de investigação contra Bolsonaro por atos e pronunciamentos contra isolamento.** Brasília, 7 abr. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pgr-arquiva-pedidos-de-investigacao-contr-bolsonaro-por-atos-pronunciament-os-contr-isolamento-1-24357579>>. Acesso em 17 ago. 2021.

83. Disse, ainda, que cumprimentou pessoas no ato do dia 15 de março de 2020, pois não resistiu à tentação, indicando que não havia contaminado ninguém, pois seus testes para o coronavírus tinham dado negativo, mas que ali poderia ter sido contaminado. Como visto, apesar de ter falado na negativa de seus exames, Jair Bolsonaro se recusou a apresentar seus laudos médicos à população.

84. Ademais, o Presidente falou que achava inadmissível o fechamento de estabelecimentos, inclusive de igrejas, mesmo após diversas autoridades sanitárias nacionais e internacionais terem orientado o isolamento social.

85. No dia 24 de março de 2020, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, Jair Bolsonaro repetiu o discurso da entrevista feita ao SBT e novamente se opôs às orientações das autoridades sanitárias nacionais e internacionais. Segue o discurso na íntegra:

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos ministérios da Defesa e Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de enfrentamento ao vírus fosse construído e, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhe pelo nosso país. Contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial. Pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós. O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de

idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite. Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura desta doença. Aproveito para render minha homenagem a todos os profissionais de saúde. Médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores que, na linha de frente nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam. Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande Nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa pátria querida.

86. No dia 25 de março de 2020, após o pronunciamento acima mencionado, um grupo de Subprocuradores, por meio do Memorando Conjunto nº 38/2020, encaminhou proposta de recomendação ao Procurador-Geral da República para que ele tomasse medidas a fim de que o Governo Federal, na pessoa do Presidente da República, implementasse ações de saúde bem como veiculasse pronunciamentos e informações em consonância com as orientações das autoridades sanitárias nacionais e internacionais:

As Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, por seus representantes abaixo assinados, vêm apresentar a Vossa Excelência proposta de RECOMENDAÇÃO ao Governo Federal, na pessoa do sr. Presidente da República JAIR BOLSONARO, no sentido de que a implementação e a execução de ações de saúde, como também, a veiculação de pronunciamentos e informações correlatas, por toda e qualquer autoridade do Poder Executivo Federal, seja realizada de forma coerente e em sintonia com as orientações emanadas das autoridades sanitárias nacionais e da Organização Mundial de Saúde, bem como em consonância com o Plano Nacional de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19, do Ministério da Saúde, devidamente compatíveis com o estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, declarado pela OMS.

87. No Memorando, os Subprocuradores argumentaram que o pronunciamento de Jair Bolsonaro transmitiu sinais de desautorização das medidas sanitárias em curso e causou forte potencial de desarticular os esforços que vinham sendo empreendidos no sentido de conter a curva de contaminação comunitária.

88. Escreveram, ainda, que o “serviço de cadeia nacional obrigatória de rádio e televisão deve proporcionar correto esclarecimento da população em geral acerca de situações de emergência e de gravidade, trazendo orientações e informações precisas, bem como segurança social, sob pena de configurar, até mesmo, desvio de finalidade”.

89. No dia 27 de março de 2020, o Procurador-Geral da República se manifestou contrariamente à proposta de recomendação dos Subprocuradores, informando que o Ministério Público deveria se manter afastado de disputas partidárias e que não deveria haver interferência desta instituição nos órgãos competentes.

90. Defendeu, ainda, a fala de Jair Bolsonaro quando argumentou que os Chefes dos Poderes Executivos têm liberdade de expressão, inclusive para emitir opiniões diversas de organismos externos.

91. Ora, ao contrário da nota expedida pelo Procurador-Geral da República, o arquivamento da proposta de recomendação nada mais é do que um posicionamento político.

92. Enquanto, de um lado, os Subprocuradores se baseavam em dados científicos de autoridades sanitárias nacionais e internacionais, de outro, o Procurador-Geral da República se colocava de um lado político, favorável ao Presidente Jair Bolsonaro e em detrimento das funções institucionais do Ministério Público.

93. Como se sabe, cabe ao Ministério Público zelar pela promoção dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput CF), entre os quais se destacam os interesses dos idosos e de outros grupos vulneráveis (art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 75/1993) e a regular prestação dos serviços de relevância pública (art. 5º, inciso IV, da Lei Complementar nº 75/1993).

94. O Procurador-Geral da República, ao se recusar a enviar a recomendação de seus pares à Jair Bolsonaro, deixa deliberadamente de cumprir suas atribuições institucionais nos termos do art. 8º, § 4º, da Lei Complementar nº 75/1993, e comete, portanto, crime de prevaricação e potencial crime de responsabilidade previsto no art. 40 da Lei Federal nº 1.079/1950.

95. Não bastassem a participação na manifestação do dia 15 de março de 2020, a entrevista e o pronunciamento, o Governo Federal publicou o Decreto nº 10.292 no dia 26 de março de 2020, em que considerou como atividades essenciais as lotéricas e os cultos religiosos. Ainda no mesmo dia, o Governo Federal apresentou a campanha publicitária “O Brasil não pode parar”, que contrariou as orientações das principais autoridades sanitárias ao defender o afrouxamento das medidas de isolamento social.

96. A peça defendia o isolamento vertical, a fim de que apenas idosos ficassem em isolamento social, em completo desconhecimento da realidade no país, uma vez que muitos idosos brasileiros vivem com suas famílias.

97. Diante dessa campanha publicitária, foram apresentadas duas Arguições de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPFs), de números 668 e 669, apresentadas respectivamente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e pela Rede Sustentabilidade, a fim de que o STF proibisse a veiculação da campanha.

98. Em medida cautelar, o Min. Roberto Barroso deferiu os pedidos, determinando não só a proibição da veiculação da campanha “O Brasil não pode parar”, mas de qualquer outra peça que pregasse o retorno das pessoas às suas atividades plenas ou que expressasse que a pandemia constitui evento de diminuta gravidade.

99. Após ser intimado, o Procurador-Geral da República se manifestou pelo não conhecimento das ações, argumentando, entre outros pontos, que a jurisdição constitucional não deveria subsistir a discricionariedade do Poder Executivo na definição de políticas públicas.

100. Ressalta-se que dentro do próprio Ministério Público Federal, alguns Subprocuradores haviam formulado representação em que pediam o ajuizamento de ADPF contra a campanha

publicitária “O Brasil não pode parar” e contra o Decreto Federal nº 10.292/2020, acima mencionado.

101. O Procurador-Geral da República, em 1º de abril de 2020, se recusou a ajuizar uma ADPF e remeteu a representação à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, alegando que lá havia uma ação civil pública em curso a respeito do mesmo objeto. O alinhamento do Procurador-Geral da República com a Presidência da República atingiu marca surpreendente quando, ao completar um ano à frente do Ministério Público, foi possível encontrar mais de 30 casos em que a PGR se alinhou ao governo, contra apenas uma ação constitucional contra ato do Presidente.³²

102. Mais uma vez, o Procurador-Geral da República deixou de cumprir suas funções institucionais, em especial o de zelar pelo efetivo respeito aos direitos assegurados na Constituição relativos às ações e aos serviços de saúde (art. 5º, V, a, da Lei Complementar nº 75, de 1993).

103. O comportamento de 15 de março de 2020 se repetiu em 19 de abril de 2020 (e em outras tantas oportunidades), quando o Presidente da República se juntou a manifestações que se tornariam, por seu conteúdo, objeto do Inquérito nº 4.828. Ao participar do ato em plena crise do coronavírus, o Presidente da República descumpriu todas as recomendações das autoridades sanitárias que visavam a diminuição do contágio do vírus. Para além do conteúdo e propósito destas manifestações, deve-se notar que o Presidente não observou a orientação de isolamento – prevista pelo Governo do Distrito Federal no Decreto Distrital nº 40.583/2020 –, não manteve o distanciamento social necessário, não utilizou máscara e cumprimentou manifestantes.

104. Além disso, o Senador Randolfe Rodrigues apresentou, em 20 de abril, representação à Procuradoria-Geral da República para que fosse apurado o cometimento dos crimes de ‘exposição a perigo para a vida ou saúde de outrem’ (art. 132, CP) e de ‘infração de medida sanitária preventiva’ (art. 268, CP).³³ Esta representação também não gerou nenhum tipo de

³² FOLHA DE SÃO PAULO. **Em 1 ano na PGR, Aras move uma ação contra Bolsonaro e se alinha ao governo mais de 30 vezes.** São Paulo, 27 set. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/em-1-ano-na-pgr-aras-move-uma-acao-contra-bolsonaro-e-se-alinha-ao-governo-mais-de-30-vezes.shtml>>. Acesso em 17 ago. 2021.

³³ UOL. **Randolfe pede que PGR investigue Bolsonaro por participar de ato pró-golpe.** Brasília, 29 abr. 2020. Disponível em:

investigação efetiva para apurar crimes comuns eventualmente cometidos pelo Presidente da República.

105. Assim, evidentemente demonstrada a recorrente recusa do denunciado com relação aos atos de combate à emergência sanitária internacional decorrente da Covid-19, enquadrável na hipótese do art. 319 do Código Penal.

VI.2) A AUSÊNCIA DE MEDIDAS CONTRA A PROMOÇÃO DE TRATAMENTOS PARA COVID-19 SEM COMPROVAÇÃO CIENTÍFICA

106. Ao longo do último ano de enfrentamento à pandemia da Covid-19, uma série de medicamentos foram apresentados como potenciais tratamentos (preventivos ou terapêuticos) contra a doença. Acontece que todos - em especial a cloroquina, a hidroxicloroquina, a azitromicina, a ivermectina, a nitazoxanida - não se mostraram eficazes perante testes científicos robustos. Por essa razão, estes tratamentos não receberam o endosso das principais instituições médicas e de saúde globais, como a Organização Mundial de Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde, e nacionais, como a Sociedade Brasileira de Infectologia.³⁴

107. Em inúmeras oportunidades, no entanto, o Presidente da República, juntamente com ministros de Estado, promoveu ou recomendou a utilização de cloroquina e outros medicamentos sem eficácia cientificamente comprovada como tratamento para a Covid-19. O Presidente chegou a afirmar que havia tomado o medicamento quando contraiu a doença.³⁵

108. A promoção da cloroquina foi questão chave para a demissão de dois Ministros da Saúde (Luiz Henrique Mandetta e Nelson Tech), pois estes não se mostraram dispostos a endossar o uso destes medicamentos.³⁶ O Presidente da República colocou a produção e

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/20/representacao-jair-bolsonaro-pgr-lei-seguranca-nacional-incitar-subversao.htm>>. Acesso em 17 ago. 2021.

³⁴ BBC BRASIL. **Tratamento precoce | ‘Kit covid é kit ilusão’: os dados que apontam riscos e falta de eficácia do suposto tratamento.** São Paulo, 27 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55775106>>. Acesso em 17 ago. 2021.

³⁵ CORREIO BRAZILIENSE. **Não recomenda? 6 vezes que Bolsonaro defendeu uso da cloroquina.** Brasília, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/07/16/interna_politica,872688/nao-recomenda-6-vezes-que-bolsonaro-defendeu-uso-da-cloroquina.shtml>. Acesso em 17 ago. 2021.

³⁶ G1. **Assim como Teich, Mandetta caiu após discordar de Bolsonaro sobre cloroquina e isolamento.** São Paulo, 15 maio 2020. Disponível em:

distribuição da cloroquina como uma prioridade do governo, tendo determinada a compra, com sobrepreço, de insumos para a produção de alguns destes medicamentos pelo Exército³⁷ e a sua distribuição por diversas regiões do Brasil, com o apelido de ‘Kit Covid-19’.

109. O esforço para promover o uso da cloroquina e distribuí-la pelo Brasil foi uma política de governo que envolveu diversos ministérios e muitos outros órgãos públicos federais. Os Ministério da Defesa e da Saúde solicitaram a produção desses medicamentos ao Exército brasileiro; a Aeronáutico os distribuiu para regiões isoladas; o Ministério da Saúde editou um guia com orientações sobre o uso da cloroquina a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares comprou os medicamentos; o Ministério da Economia, com aval do Conselho Nacional de Política Fazendária, deu isenção de impostos à cloroquina e, em conjunto com a Receita Federal, simplificou o despacho aduaneiro; o Ministério das Relações Exteriores facilitou a doação de doses de cloroquina pelos EUA; e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações patrocinou pesquisa sobre o uso deste medicamento. Nesse contexto, impossível restringir a responsabilidade a um ministro ou outro. Trata-se de política preconizada pelo Presidente da República, cuja responsabilidade o Procurador-Geral da República se recusa a apurar.³⁸

110. A promoção de tratamentos sem eficácia comprovada tem diversos efeitos deletérios: gera uma enorme busca e aumento do consumo de remédios sem a eficácia prometida³⁹, mas com efeitos colaterais diversos; promove um falso senso de imunidade que prejudica os esforços coletivos de contenção da doença; atenta contra a ciência legítima e dissemina informações falsas; desperdiça recursos públicos (e privados); e, em última instância, aumenta o número de casos e mortes por Covid-19.

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/15/mandetta-tambem-caiu-apos-discordancias-com-o-presidente-sobre-cloroquina-e-isolamento-vertical.ghml>>. Acesso em 17 ago. 2021.

³⁷ TERRA. **Exército alegou ‘esperança’ para sobrepreço de cloroquina.** São Paulo, 22 dez. 2020. Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/exercito-alegou-esperanca-para-sobrepreco-de-cloroquina,87287389a7a48e9f4345cc821f271a55hufk3y4p.html>>. Acesso em 17 ago. 2021.

³⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. **Para difundir cloroquina, Bolsonaro mobilizou cinco ministérios, estatal, conselhos, Exército e Aeronáutica.** São Paulo, 6 fev. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/02/para-difundir-cloroquina-bolsonaro-mobilizou-cinco-ministerios-estatal-conselhos-exercito-e-aeronautica.shtml>>. Acesso em 17 ago. 2021.

³⁹ G1. **Venda de remédios sem eficácia comprovada contra a Covid dispara.** Rio de Janeiro, 4 fev. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/02/04/venda-de-remedios-sem-eficacia-comprovada-contra-a-covid-dispara.ghml>>. Acesso em 17 ago. 2021.

111. Em sentido oposto, no entanto, o Procurador-Geral da República defendeu, perante o Supremo Tribunal Federal, que seja preservada a autorização do Ministério da Saúde para a distribuição de uso da cloroquina e da hidroxicloroquina, medicamentos, repete-se, sem eficácia cientificamente comprovada.⁴⁰

112. Em julho de 2020, a Procuradoria-Geral da República recebeu representação do Deputado Rogério Correia para que fosse investigada a prática de ato de improbidade administrativa pelo Presidente da República ao determinar o aumento da produção de cloroquina.⁴¹ Em outubro de 2020, o mesmo parlamentar, em parceria com o Núcleo Estado Democrático de Direito, apresentou nova representação ao Procurador-Geral da República, alegando que o Presidente da República havia cometido atos diversos de improbidade administrativa na promoção da cloroquina (art. 11 e art. 10, V e XI da Lei nº 8.429, de 1994), além do crime (comum) de charlatanismo (art. 283 do CP: ‘Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível’).⁴² Nenhuma das representações teve encaminhamento ou gerou investigações efetivas sobre o comportamento do Presidente.

113. A Procuradoria-Geral da República recebeu, ainda, representação, de autoria do Senador Alessandro Vieira, requisitando a abertura de investigação sobre a conduta do Ministro Eduardo Pazuello no enfrentamento à pandemia e seu enquadramento como improbidade administrativa. Mais especificamente, a representação tratava da disponibilização, pelo Ministério da Saúde, de um aplicativo - o ‘TrateCov’ - que recomendava, de modo indiscriminado e contra as recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Conselho Federal de Medicina, a utilização de diversos medicamentos, incluindo a cloroquina, como um tratamento dito preventivo da Covid-19. Importante notar a ausência de comprovação científica em relação à eficácia destes medicamentos para este fim.

⁴⁰ VALOR ECONÔMICO. **PGR pede que Supremo mantenha orientação da Saúde a favor da cloroquina.** Brasília, 16 dez. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/12/16/pgr-pede-que-supremo-mantenha-orientacao-da-saude-a-favor-da-cloroquina.ghtml>>. Acesso em 17 ago.. 2021.

⁴¹ BR POLÍTICO. **Bolsonaro é alvo de mais uma representação na PGR por apoio à cloroquina.** São Paulo, 17 jul. 2020. Disponível em: <<https://brpolitico.com.br/noticias/bolsonaro-e-alvo-de-mais-uma-representacao-na-pgr-por-apoio-a-cloroquina/>>. Acesso em 17 ago.. 2021.

⁴² MINAS 1. **Rogério Correia protocola representação contra Bolsonaro na PGR por charlatanismo e improbidade.** Belo Horizonte, 22 out. 2020. Disponível em: <<https://minas1.com.br/posts/politica/rogerio-correia-protocola-representacao-contra-bolsonaro-na-pgr-por-charlatanismo-e-improbidade>>. Acesso em 17 ago.. 2021.

A representação, até onde se sabe, não levou à condução de efetiva investigação sobre a conduta do ministro.⁴³

114. Diversos outros órgãos de Estado já se manifestaram sobre a irregularidade na promoção da cloroquina (e outros medicamentos) como tratamento para a Covid-19. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao aprovar a utilização de vacinas, reafirmou a inexistência de tratamento alternativo para a doença com eficácia comprovada.⁴⁴ O Tribunal de Contas da União, no âmbito do Processo nº 019.895/2020-8, identificou indícios de ilegalidade no uso de recursos públicos para distribuição de cloroquina para pacientes com Covid-19.⁴⁵ Afirmou o Ministro do TCU, Benjamin Zymler:

Dessa feita, como não houve manifestação da Anvisa acerca da possibilidade de se utilizar os medicamentos à base de cloroquina para tratamento da Covid-19 e tampouco dos órgãos internacionais antes mencionados, verifica-se não haver amparo legal para a utilização de recursos do SUS para o fornecimento desses medicamentos com essa finalidade.

115. Apesar das reiteradas manifestações de órgãos nacionais e internacionais e provocações explícitas, por meio de representações protocoladas ao Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República segue se omitindo em relação à obrigação legal de apurar a responsabilidade criminal do Presidente da República e de outros Ministros de Estado em promover o uso destes tratamentos que agravaram a crise de saúde pública pela qual passa o Brasil.

116. As omissões do Procurador-Geral da República ficaram ainda mais evidentes nos últimos meses conforme a CPI da Pandemia no Senado Federal demonstrou a gravidade das ações e omissões do governo federal no enfrentamento à pandemia. Ao invés de reconhecer, na revelação de inúmeros indícios de ilícitos penais, a sua responsabilidade em investigar e

⁴³ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Senador pede à PGR investigação sobre recomendação de cloroquina no aplicativo do Ministério de Pazzuelo.** Brasília, 21 jan. 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/improbidade-administrativa-eduardo-pazuello-senador-ale-sandro-vieira-representacao-pgr-augusto-aras/>>. Acesso em 17 ago. 2021.

⁴⁴ ESTADO DE MINAS. **Covid-19: ANVISA volta a frisar que não existe tratamento alternativo.** Brasília, 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/01/22/interna_nacional,1231644/covid-19-anvisa-volta-a-frisar-que-nao-existe-tratamento-alternativo.shtml>. Acesso em 17 ago. 2021.

⁴⁵ PODER 360. **TCU vê ilegalidade em distribuição de cloroquina e pede explicações a Pazuello.** Brasília, 26 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/justica/tcu-ve-ilegalidade-em-distribuicao-de-cloroquina-e-pede-explicacoes-a-pazuello/>>. Acesso em 17 ago. 2021.

responsabilizar os envolvidos, o Procurador-Geral da República passou a utilizar a CPI como justificativa para deixar de investigar ou apurar irregularidades.

117. No âmbito de um pedido de investigação protocolado pelos Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru (Pet 9.760) para que fosse apurado o eventual cometimento do crime de prevaricação pelo Presidente da República no escândalo de corrupção em volta da contratação das doses da vacina Covaxin, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo arquivamento da notícia-crime. Argumentava, sem qualquer fundamentação legal, que a investigação só poderia ser realizada após a conclusão dos trabalhos da referida CPI e do encaminhamento do relatório final para o MPF. Deixou, mais uma vez, o Procurador-Geral da República de realizar ato de ofício que lhe cabia: solicitar a realização de diligências para apurar o ilícito em questão.

118. O argumento apresentado pela PGR foi de pronto rejeitado pela Ministra Rosa Weber, evidenciando tratar-se de mais uma instância em que deve ser apurado o crime de prevaricação:

No caso, a Procuradoria-Geral da República, na condição de titular do poder acusatório de natureza penal perante esta Suprema Corte, foi provocada a respeito da suspeita de prática criminosa. Desincumbiu-se de seu papel constitucional pleiteando “que não se dê trânsito à petição”, que reputou “precoce”, porquanto anterior à ultimização dos trabalhos apuratórios de Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar fatos correlatos. Afirmou, outrossim, que sua provocação antes da conclusão dos trabalhos parlamentares implicaria “salto direto da notícia crime para a ação penal, com supressão da fase apuratória”.

De início, registro que o argumento “saltitante” não prospera. O objetivo da notícia de fato dirigida aos atores do sistema de justiça criminal é justamente o de levar ao conhecimento destes eventual prática delitiva. A simples notícia não transfere o poder acusatório ao noticiante, tampouco vincula seu legítimo titular a uma atuação positiva, impondo-lhe o oferecimento de denúncia.

Pelo contrário, o fato de ser provocado em nada tolhe sua atribuição de formar opinião sobre o delito noticiado, para o que pode se valer de investigações preliminares ou, a depender do acervo indiciário que lhe aporta, rumar diretamente para sua conclusão a respeito da natureza criminosa dos fatos (seja ela negativa, com o arquivamento das peças; seja positiva, com o oferecimento de denúncia). A notitia criminis decorre do próprio direito de petição constitucionalmente tutelado (CF/88, art. 5º, inciso XXXIV, alínea a),

não implicando, sob qualquer perspectiva que se lhe dê, violação ao sistema acusatório. [...]

O exercício do poder público, repito, é condicionado. E no desenho das atribuições do Ministério Público, não se vislumbra o papel de espectador das ações dos Poderes da República. Até porque a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito não inviabiliza a apuração simultânea dos mesmos fatos por outros atores investidos de concorrentes atribuições, dentre os quais as autoridades do sistema de justiça criminal (MS 23.639, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, publicado em 16.2.2001).

Com efeito, não há no texto constitucional ou na legislação de regência qualquer disposição prevendo a suspensão temporária de procedimentos investigatórios correlatos ao objeto da CPI. Portanto, a previsão de que as conclusões dos trabalhos parlamentares devam ser remetidas aos órgãos de controle não limita, em absoluto, sua atuação independente e autônoma. Outra não pode ser a interpretação dada ao artigo 58, § 3º, da CF/88 e às Leis nº 1.579/1952 e Lei nº 10.001/2000, sob pena, inclusive, de restringir poderes constitucionalmente atribuídos.

VI.3) A OMISSÃO EXPLÍCITA E ADMITIDA NO DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

119. Em 19 de janeiro de 2021, o Procurador-Geral da República publicou texto em que admite, de forma explícita, sua intencional omissão em relação à responsabilidade que detém, por força legal, de investigar e de eventualmente denunciar o Presidente da República e outras autoridade por ilicitudes cometidas no desempenho de suas funções. No texto, o Procurador-Geral da República afirma:

Segmentos políticos clamam por medidas criminais contra autoridades federais, estaduais e municipais. O procurador-geral da República, no âmbito de suas atribuições e observando as decisões do STF acerca da repartição de competências entre União, estados e municípios, já adota todas as providências cabíveis desde o início da calamidade. **Eventuais ilícitos que importem em responsabilidade de agentes políticos da cúpula dos Poderes da República são da competência do Legislativo.**⁴⁶ (gn)

⁴⁶ ARAS, Antonio Augusto Brandão. Ilícitos de agentes políticos são da competência do Legislativo. **Conjur**, 19 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-jan-19/aras-ilicitos-agentes-politicos-sao-competencia-legislativo>>. Acesso em 17 ago. 2021.

120. Não há dúvidas de que o Poder Legislativo e, mais especificamente, o Congresso Nacional é responsável por processar e julgar autoridades como o Presidente da República por crimes de responsabilidade. É o que prevê a Lei nº 1.079, de 1950. A Constituição Federal e a Lei Complementar nº 75, de 1993, no entanto, prevêm a competência do Procurador-Geral da República para investigar e processar essas mesmas autoridades no caso de crimes comuns.

121. Afinal, a Constituição Federal prevê, em seu artigo 103, I, b, a competência do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar “nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República”. Já a Lei Complementar nº 75, em seu art. 46, prevê que incumbe ao Procurador-Geral da República o exercício das funções do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal.

122. A contundente resposta de seis Subprocuradores-Gerais da República, todos membros do Conselho Superior do Ministério Público Federal, reafirma este entendimento. Assinalaram, em nota pública, que a afirmação do Procurador-Geral da República “parece não considerar a atribuição para a persecução penal de crimes comuns e de responsabilidade da competência do Supremo Tribunal Federal, conforme artigo 102, I, b e c, da Constituição Federal, tratando-se, portanto, de função constitucionalmente conferida ao Procurador-Geral da República, cujo cargo é dotado de independência funcional”.⁴⁷

123. Nesse mesmo sentido, se manifestou a Associação Nacional dos Procuradores da República, que afirmou não haver:

por que confundir a prerrogativa da investigação criminal, plenamente assegurada pelo Supremo Tribunal Federal ao Ministério Público a partir do julgamento do Recursos Extraordinário nº 593.727, em 2015, com o também importantíssimo papel político que possui o Congresso Nacional no julgamento de autoridades públicas por crimes de responsabilidade. As atribuições são distintas e não podem, em absoluto, ser confundidas. [...] É necessário que seja apurado, portanto, também pelo procurador-geral da

⁴⁷ G1. **Subprocuradores contestam nota da PGR que atribui ao Congresso julgamento de ilícitos de autoridades.** Brasília, 20 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/20/subprocuradores-apontam-preocupacao-com-nota-da-pgr-que-atribui-julgamento-de-ilicitos-de-autoridades-ao-congresso.ghtml>>. Acesso em 17 ago. 2021.

República, a responsabilidade por ações e omissões que nos levaram a esse estado de coisas.⁴⁸

124. Em reiteradas instâncias, o Procurador-Geral da República recebeu representações bem fundamentadas que imputam ao Presidente da República e outras altas autoridades o cometimento de **crimes comuns**, cuja apuração, já se notou, é de sua exclusiva competência. Deixou, no entanto, de tomar as providências devidas para que fossem estes indícios apurados, especialmente de requerer a abertura de inquérito.

125. Entre os crimes imputados ao Presidente da República em uma das representações enviadas ao Procurador-Geral da República, se destacam os crimes de ‘perigo contra a vida ou saúde outrem’ (art. 132 do Código Penal), ‘subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento’ (art. 257), ‘infração de medida sanitária preventiva’ (art. 268), ‘emprego irregular de verbas ou rendas públicas’ (art. 315) e ‘prevaricação’ (art. 319).⁴⁹ Outra representação apresentada pela Associação Juizes para a Democracia pediu que o Presidente da República fosse processado criminalmente pelos crimes previstos nos arts. 132, 257 e 268 do Código Penal.⁵⁰

126. De forma semelhante, quatro ex-Procuradores da República, um desembargador e um Subprocurador-Geral da República apresentaram representação ao Procurador-Geral da República reforçando a tese de que o Presidente da República teria cometido uma série de crimes no contexto do enfrentamento à pandemia. Mais especificamente, os seis juristas assinalam que estaria configurado o crime de ‘epidemia’, previsto no artigo 267 do Código Penal.⁵¹

⁴⁸ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA. **Nota Pública**. Brasília, 20 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.anpr.org.br/imprensa/noticias/24840-nota-publica-4>>. Acesso em 17 ago. 2021.

⁴⁹ ESTADO DE SÃO PAULO. **Movimento pede que PGR denuncie Bolsonaro por crimes ao não combater pandemia**. São Paulo, 17 jan. 2021. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/coluna-do-estadoo/artistas-pedem-que-pgr-denuncie-bolsonaro-por-atuacao-no-combate-a-pandemia/>>. Acesso em 17 ago. 2021.

⁵⁰ CONJUR. **Associação de juizes pede que PGR denuncie Bolsonaro por atuação na pandemia**. Brasília, 26 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-jan-26/associacao-juizes-pgr-denuncie-jair-bolsonaro>>. Acesso em 17 ago. 2021.

⁵¹ MIGALHAS. **Ex-procuradores acionam PGR contra Bolsonaro por crimes na pandemia**. Brasília, 29 jan. 2021. Disponível em: <<https://migalhas.uol.com.br/quentes/339651/ex-procuradores-acionam-pgr-contrabolsonaro-por-crimes-na-pandemia>>. Acesso em 17 ago. 2021.

127. Estas são apenas três das mais recentes representações apresentadas diretamente ao Procurador-Geral da República. Ao longo de 2020 e 2021, foram recebidas e subsequentemente arquivadas dezenas de representações sobre possíveis condutas ilícitas cometidas pelo Presidente da República, muitas das quais anteriormente mencionadas.⁵²

128. Frente ao colapso da situação de saúde pública na cidade de Manaus (AM), o Procurador-Geral da República finalmente requereu abertura de um inquérito (INQ 4862) para averiguar o cometimento de crime de prevaricação (art. 319, Código Penal) e de atos de improbidade administrativa (art. 11, II, Lei nº 8.429, de 1992). Argumenta-se, no entanto, que ao invés de tal medida constituir esforço concreto para investigar o cometimento de ilícitos no enfrentamento à pandemia, constitui mais um caso - à semelhança do Inquérito nº 4.828 - em que o Procurador-Geral da República obstrui a apuração sobre a responsabilidade do Presidente da República. Afinal, o Inquérito nº 4.862 propositalmente exclui o Presidente da República do seu âmbito, o que é incompatível com a posição de comando do detentor deste cargo em relação à resposta do governo federal frente à pandemia.

129. Em função dos fatos aqui relacionados, o Procurador-Geral da República já é objeto de petição apresentada ao Conselho Superior do Ministério Público Federal para que seja apurado o possível cometimento de ilícitos funcionais e administrativos em sede de um processo administrativo no âmbito do CSMFP, conforme prevê o art. 57, X e XV da Lei Complementar nº 75.⁵³

130. Fica evidente, assim, que o Procurador-Geral da República tem se recusado, de modo reiterado, a praticar atos que lhe incumbem, notadamente, a abertura e condução de inquéritos para apurar o cometimento de crimes comuns pelo Presidente da República e outras autoridades no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

⁵² CNN BRASIL. **Aras deve arquivar representações contra Bolsonaro.** Brasília, 31 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/31/aras-deve-arquivar-representacoes-contrabolsonaro>>. Acesso em 17 ago. 2021; VEJA. **PGR arquivava seis representações contra Bolsonaro por condutas na pandemia.** São Paulo, 8 abr. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/pgr-arquiva-seis-denuncias-contrabolsonaro-por-cao-do-coronavirus/>>. Acesso em 17 ago. 2021.

⁵³ CORREIO BRAZILIENSE. **Senadores pedem que Conselho Superior do MPF abra processo contra Aras.** Brasília, 22 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/01/4902071-senadores-pedem-que-conselho-superior-do-mpf-abra-processo-contraras.html>>. Acesso em 17 ago. 2021.

VII) OS PEDIDOS

131. Por todo o exposto, requer o recebimento da presente notícia crime para, nos termos dos arts. 51 e 57, X, da Lei Complementar nº 75, de 1993, intimar-se o Conselho Superior do Ministério Público Federal, a fim de que, deliberando por seu Colegiado no prazo assinado, designe Subprocurador-Geral para examinar as notícias de fato apontadas nesta petição e, reputando-as relevantes, requeira a competente abertura de inquérito em desfavor do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, por eventual infração penal tipificada conforme os fatos narrados, particularmente o crime de prevaricação, previsto no art. 319 do Código Penal.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 18 de agosto de 2021.

FABIANO CONTARATO
Senador da República
OAB/ES 31.672

ALESSANDRO VIEIRA
Senador da República